



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ,**  
**Gabinete da Presidência - Núcleo de Precatórios**

118

**CORTE ESPECIAL**

Agravo Regimental na Requisição de Pequeno Valor nº 0303976-7

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravada; Tereza Cristina Ramos Barros


NPU; 5046-68.2013.2.00.0000

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - PEDIDO DE INDEFERIMENTO DA RESTITUIÇÃO DO IRRF - ALEGAÇÃO DE APENAS CABER Á UNIÃO RESTITUIR O IRRF COM A COMPROVAÇÃO DE DOENÇA GRAVE-Decreto-Lei nº 1.198/71, art. 5º §1º - DESCONTO INDEVIDO SOBRE UM CRÉDITO DE RPV. A parte é isenta, na forma do art. 6º inciso XIV da lei 7.713/88.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental, na Requisição de Pequeno Valor nº 0303976-7, acima mencionado. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, em conformidade com o incluso voto que passa a integrar este julgado.

Recife, 19 de maio de 2014

  
Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves  
Presidente do TJPE



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete da Presidência - Núcleo de Precatórios**

---

109  
ASH

Agravo Regimental na Requisição de Pequeno Valor nº 0303976-7

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravada; Tereza Cristina Ramos Barros

NPU; 5046-68.2013.2.00.0000

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto pela Procuradoria Geral do Estado contra decisão do Exmo. Presidente deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à época, que deferiu a isenção do imposto de renda da requerente na presente RPV, conforme despacho de fls. 66/67 dos autos.

Sustenta o agravante que a parte credora não faz jus à isenção a que pleiteia, uma vez que a mesma não comprova que possuía a doença grave no período.

Assim, requer o conhecimento e o provimento do recurso para que, em juízo de retratação, seja reformada a decisão agravada.

Após a interposição do presente recurso, a parte agravada compareceu espontaneamente aos autos para oferecer "contrarrazões" às fls. 84/85, ocasião em que juntou documentos de fls. 86/90 para comprovar ter sido diagnosticada a doença em 2006.

É o relatório.

**VOTO**

Consoante se depreende dos autos, a parte devedora alega caber à parte beneficiária comprovar na Receita Federal a doença de que é portadora para fins de isenção e, por ter sido o crédito disponibilizado no ano-calendário de 2013, requerer a sua restituição na Declaração de Imposto

280126

de Renda de 2014, fundamentando suas alegações no Decreto-Lei nº 1.198/71, art. 5º §1º.

Vale esclarecer que o Decreto acima mencionado não se aplica ao caso ora sob análise, pois não se trata de restituição de imposto de renda descontado a maior de servidores, conforme dispõe o art. 5º e o § 1º do citado Decreto.

Na verdade, trata-se de desconto indevido sobre um crédito de RPV, uma vez que a parte é isenta, na forma do art. 6º inciso XIV da Lei 7.713/88,

Ante o exposto, não sendo o caso de retratação, voto no sentido de desprover o agravo para, em consequência, manter a decisão guerreada.

É como voto.

Recife, 19/MAio/2014



Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves  
Presidente do TJPE